

Mega projetos de mineração e *acumulação por espoliação* em Comunidades Camponesas de Catalão – Goiás – Brasil¹

Ricardo Junior Assis Fernandes Gonçalves

da Universidade Estadual de Goiás – Iporá – Goiás – Brasil

ricardofreud@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça

da Universidade Federal de Goiás - Catalão - Goiás - Brasil

ufgmendonca@gmail.com

Resumo: O artigo possui como objetivo compreender os efeitos socioespaciais de mega projetos de mineração em Comunidades Camponesas localizadas no município de Catalão, Sudeste Goiano. A metodologia é baseada em procedimentos qualitativos e quantitativos, como o levantamento e tabulação de dados estatísticos, pesquisa de campo, entrevistas, observação direta e diário de campo. Os mega projetos de mineração de nióbio e fosfato em Catalão, atualmente (2015) controlados pelas empresas transnacionais Anglo American e Vale S.A, foram territorializados no decorrer das décadas de 1960 e 1970, com impactos socioambientais e expropriação do campesinato das comunidades onde se localizam as minas. Assim, baseados na leitura geográfica dos *territórios em disputa*, a intenção deste artigo é deixar elucidado esta realidade e suas contradições.

Palavras-chave: Território. Conflitos. Mineração.

Introdução

[...]

Os urubus no telhado:

E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo
e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada
e secado o ouro escorrerá ferro, e secos morros de ferro
taparão o vale sinistro onde não mais haverá privilégios,
e se irão os últimos escravos, e virão os primeiros camaradas;
e a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da monarquia,
e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o menino doentio,
e o menino crescerá sombrio, e os antepassados no cemitério
se rirão se rirão porque os mortos não choram.

(*Os bens e o sangue*, Carlos Drummond de Andrade)

Goiás ocupa a terceira posição – depois de Minas Gerais e Pará – como principal produtor mineral brasileiro, conforme as cifras da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que saltaram de R\$ 14.878.793,52 arrecadados

¹ Os primeiros resultados apresentados sobre a presente pesquisa foram publicados no XI Encontro Nacional da Anpege, em Outubro de 2015. Neste artigo é feita uma revisão do texto anterior e incremento de dados e informações resultantes de pesquisa de campo e pesquisa documental.

em 2004, para 70.998.177,97 em 2014. É o principal produtor de amianto (com participação de 100% do minério produzido no país) e níquel (com participação de 85,6% da produção nacional), é o segundo maior produtor de rocha fosfática (com participação de 35,4%) e nióbio (com participação de 12,9%). Além disso, é o quarto maior produtor de ouro, com participação de 13,2% da produção nacional. (DNPM, 2014).

Por conseguinte, o artigo tem como objetivo a compreensão dos impactos da atividade mineradora de fosfato e nióbio em Catalão/Ouvidor - Sudeste Goiano, nas Comunidades Camponesas. A metodologia usada baseia-se em procedimentos qualitativos como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta e diário de campo. Além disso, conta-se com contribuições do levantamento de dados quantitativos.

A exploração mineral no Estado de Goiás, feita por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, como Anglo American, Vale S.A, SAMA S.A, AngloGold Ashanti e Votorantim, revela a relação entre o domínio econômico do território e a ligação com a matéria prima mineral.

O conjunto de impactos nas Comunidades Tradicionais, no meio ambiente, no estado de saúde dos trabalhadores, interferência na organização da propriedade fundiária ou expropriação dos camponeses de suas terras expõe o que Harvey (2005) denomina de “acumulação por espoliação”.

Minérios, recursos hídricos, fertilidade do solo e força física dos trabalhadores, são exauridos do território goiano e drenados para o mercado mundial, configurando a posição subordinada do Brasil e Goiás na Divisão Internacional do Trabalho. Exemplo disso é o nióbio extraído de Catalão e Ouvidor, com 100% da produção exportada para países como China, Estados Unidos, Holanda, Japão e Índia. Atrelado a isso, de acordo com dados do DNPM (2013), os valores da comercialização de nióbio se elevaram de R\$ 129.264.254,00 em 2004, para R\$ 334.918.567,01 em 2012, o que deixa evidente o aumento dos rendimentos milionários gerados pela exploração deste minério nos municípios citados. Por outro lado, a classe trabalhadora e as Comunidades Camponesas são impactadas diretamente pela mineração.

Esgotamento da água, poluição do ar, sonora e visual e conflitos fundiários ameaçam as condições de reprodução coletiva da existência e do trabalho dos camponeses em Catalão/Ouvidor - GO. Assim, por meio deste artigo, fica elucidado que o processo de acumulação do capital e geração de rendas privadas na mineração também estimulam práticas de coerção, violência (direta ou indireta), representações ideológicas (ideias de modernidade, sustentabilidade, relação amistosa das empresas com as Comunidades e trabalhadores etc.). Junto à riqueza mineral extraída do subsolo pelo Complexo Minerador Químico de Catalão/Ouvidor, restam vestígios de medo,

expropriação, rapinagem, acidentes de trabalho e uma paisagem com *rastros de pó e esgotamento*.

Com efeito, baseados na leitura geográfica dos *territórios em disputa*, a intenção deste artigo é deixar elucidadas esta realidade e suas contradições.

A mineração em goiás e a apropriação capitalista do subsolo

O crescimento da produção mineral em Goiás na última década é acompanhado por conflitos socioambientais e espoliação de Comunidades Tradicionais e trabalhadores nos territórios do Cerrado. Verifica-se a crescente privatização dos recursos naturais através de atividades como o *agrohidronegócio*, construção de hidrelétricas e mineração industrial de minerais como fosfato, nióbio, amianto, níquel e ouro.

Com efeito, na atual conjuntura econômica brasileira, que substanciou a crescente *reprimarização* da pauta de exportações na última década (DELGADO, 2010; BITTENCOURT, 2013), a exploração mineral destaca-se como uma das principais atividades em termos de acirramento dos conflitos socioambientais. Contraditoriamente, esse fato coloca a mineração como um dos elementos centrais do modelo desenvolvimentista brasileiro a partir de 2000.

O cenário da mineração nos últimos anos confere o seu rápido crescimento em termos produtivos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Mineração (2011), a partir do ano 2000, a procura maior por minerais, principalmente pelo elevado índice de crescimento mundial, incluindo países como a China, impulsionou o valor da Produção Mineral Brasileira - PMB. No período 2001/2011 o valor da PMB teve crescimento de 550%, saindo de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 50 bilhões.

Com ênfase em Goiás (incluindo o Distrito Federal), os dados dos valores da comercialização mineral são elucidativos. Esses valores saltaram de 2.420.029.419,32 em 2004, para 6.754.968.359,07 em 2012 (DNPM, 2014). Tais dados também estão correlacionados com o crescimento da produção mineral em Goiás, com ênfase nos principais bens minerais produzidos no território goiano – amianto, cobre, fosfato, nióbio, níquel e ouro. (Tabela 1).

Tabela 1 - Produção dos principais bens minerais de Goiás – 2007 a 2013 (em toneladas - t)

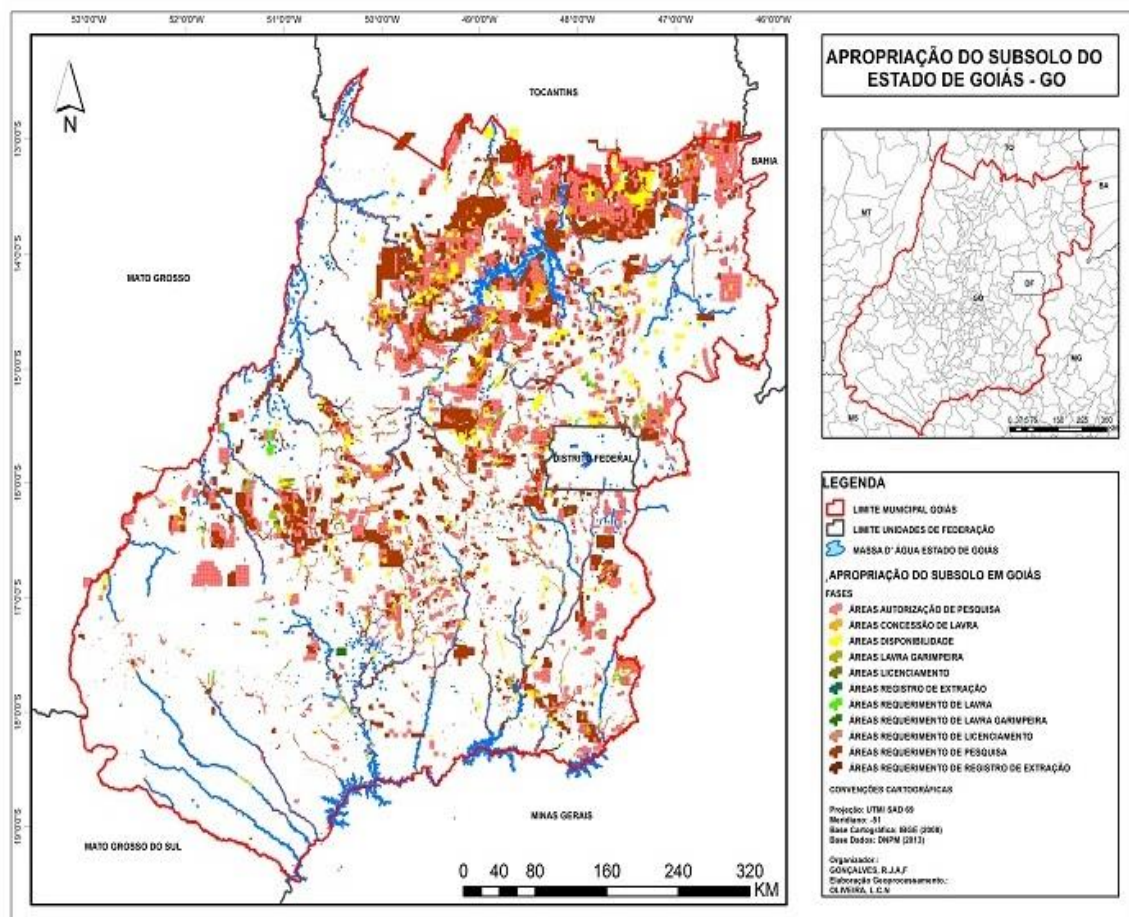
Ano	Amianto	Cobre	Fosfato	Nióbio	Níquel	Ouro
2007	254.204	60.936	2.118.140	4.702	33.397	11,56
2008	287.673	67.665	1.309.737	4.618	45.013	11,86
2009	288.452	67.762	2.278.179	8.225	38.190	6,24
2010	302.257	73.424	2.574.152	6.226	40.450	12,43
2011	306.321	80.824	2.061.134	10.968	48.766	11,23
2012	304.569	75.055	2.049.546	13.037	65.178	11,24
2013	290.826	62.802	3.484.689	12.464	66.919	6,28

Fonte: DNPM, 2014.

O crescimento da exploração de importantes jazidas minerais como ouro (Crixás, Alto Horizonte, Pilar de Goiás), cobre (Alto Horizonte), amianto (Minaçu), fosfato (Catalão, Ouvidor), nióbio (Catalão) e níquel (Americano do Brasil, Niquelândia, Barro Alto), atuação de empresas nacionais e transnacionais (como Yamana Gold, Anglo Gold Ashanti, Anglo American, Vale, Votorantim) e a inserção do território goiano enquanto o terceiro maior produtor de minérios do país (DNPM, 2014), como já foi destacado, institui novas dinâmicas do capital e do trabalho.

Esse processo é acompanhado pelo controle das concessões de subsolo junto ao DNPM, revelando a apropriação privada das jazidas por empresas de capital nacional e transnacional. O mapa 1, é ilustrativo desta observação.

Mapa 1 - Apropriação do subsolo no território cerradoeiro/goiano.



Organização: GONÇALVES, R, J de A. F., 2013.

Designer: OLIVEIRA, L. C. N., 2013.

Pode-se dizer que mapa 1 ilustra a apropriação do subsolo, que é um bem da União (Art. 20 da Constituição Federal, 1988), e por isso, do povo brasileiro. No entanto, de maneira contraditória, está servindo aos interesses das empresas privadas, principalmente mega empresas transnacionais como a Anglo American, que atua em

Goiás, e exerce a apropriação das jazidas minerais nos territórios do Cerrado. Intervém ainda na conquista e garantia da soberania nacional. Por conseguinte, contribui para a apreensão das diferentes estratégias de apropriação dos territórios representadas pelo capital no Cerrado goiano.

Pode-se observar, no mapa 1, que as regiões norte e nordeste de Goiás ilustram maior intervenção dos interesses das empresas pelos minérios do subsolo. Do ponto de vista da divisão territorial do trabalho em Goiás, essas regiões, diferente da região sul, por exemplo, ainda não sofreram a ação do agronegócio. O norte e nordeste de Goiás contêm territórios habitados por distintas populações que vivem na/da terra, como quilombolas (Povo Kalunga), indígenas (território dos Avá Canoeiro), camponeses e *trabalhadores da terra*² em Comunidades Camponesas e/ou Assentamentos.

Por outro lado, esses territórios (habitados pelas populações camponesas, indígenas, quilombolas etc.) presenciam a intervenção crescente dos interesses do capital, com expansão de mega empreendimentos baseados na apropriação de recursos naturais como água, terra, madeira e jazidas minerais, encontrados com abundância no norte e nordeste de Goiás. Para ilustrar concretamente essa análise, cita-se, por exemplo, a construção de hidrelétricas como Serra da Mesa e Cana Brava, que atingiu e expropriou dezenas de famílias camponesas, de quilombolas, garimpeiros etc., dos seus *territórios de existência* e trabalho. Também é ilustrativo a presença de grandes projetos de exploração mineral, como a mineração de amianto em Minaçu/GO, controlada pela empresa SAMA S.A – Minerações Associadas, cujo histórico de impactos ambientais e adoecimento de trabalhadores foi pesquisado por Barbosa (2013).

Contribui para a ilustração destes aspectos a análise da Tabela 2, ao ilustrar a arrecadação da Contribuição Brasileira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM nos principais municípios mineradores entre 2008 e 2012 em Goiás, concentrados no norte e sudeste goiano.

Tabela 2 - Evolução da geração de CFEM em Goiás – 2008 a 2012.

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012
Alto Horizonte	20.678.108,75	14.551.882,91	21.283.754,72	25.595.310,66	28.897.242,13
Minaçu	5.170.284,39	6.099.413,08	6.695.081,09	6.682.061,99	8.149.319,78
Niquelândia	2.457.350,99	2.082.792,36	2.386.410,93	2.518.640,19	2.444.604,02
Crixás	2.646.556,28	2.833.182,02	3.458.413,86	3.324.534,17	4.240.726,38
Barro Alto	2.557.148,80	2.115.597,31	1.904.199,87	3.249.731,29	9.126.852,54
Ouvidor	2.138.191,50	2.916.803,32	2.322.984,05	2.327.223,23	6.518.369,37
Catalão	6.107.764,52	2.174.920,91	4.906.975,56	5.512.555,60	4.735.454,67

Fonte: DNPM, 2013

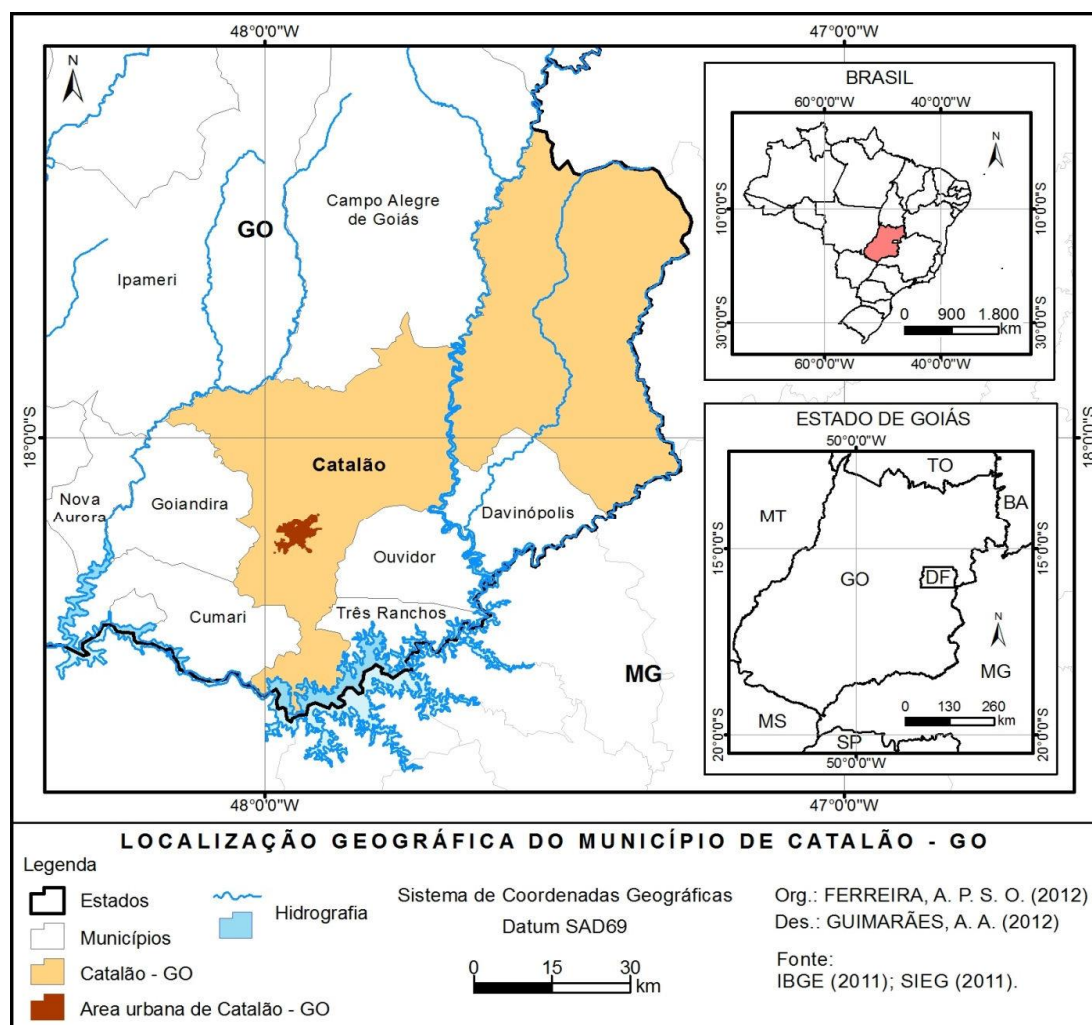
Organização: GONÇALVES, R, J de A. F., 2013.

² Para Mendonça (2004, p. 29) “são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelece o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.”

As informações na tabela 2 são reveladoras da distribuição desigual da produção da riqueza mineral em Goiás, concentrada em poucos municípios. Além disso, a mineração ainda expande seus projetos cada vez mais compromissada com as demandas do capital hegemônico sem avaliações propositivas, capazes de demonstrar com segurança os custos socioambientais da exploração mineral. Acentua-se também os desdobramentos dos interesses do capital transnacional da mineração, expressivos nas ações das empresas supracitadas, ampliando seus investimentos e legitimando a ação do capital hegemônico no território goiano, e sem nenhuma dúvida, apropriando as riquezas minerais do Cerrado.

Mineração em catalão e os efeitos socioespaciais nas comunidades camponesas

A partir da análise sumária sobre a mineração em Goiás no tópico anterior, a intenção é demonstrar os efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração nas Comunidades Camponesas de Catalão/GO, localizado no Sudeste de Goiás (mapa 2). A exploração mineral no município é baseada na extração e beneficiamento de fosfato e nióbio, com atuação das empresas Anglo American Nióbio Ltda, Anglo American Fosfatos Ltda e por último, a empresa Vale Fertilizantes.

Mapa 2 - Localização geográfica de Catalão - Goiás

Fonte: Ferreira, 2012

As comunidades pesquisadas foram Coqueiros e Macaúba, ambas localizadas no município de Catalão. No caso da Comunidade Macaúba, os camponeses são impactados pela atividade mineral (pela localização das minas) que ocorre nos municípios de Catalão/Ouvidor. A Comunidade Macaúba presencia os impactos da mineração a partir das décadas de 1960 e 1970, com expropriação do campesinato e transformação de camponeses em operários da indústria mineral. Além disso, os impactos ambientais como poluição sonora, do ar e das águas e degradação das paisagens locais ameaçam as condições de existência e reprodução coletiva dos camponeses. *“Viver aqui pra nois ficou difícil com a mineração ampliando cada vez mais pra perto. Vai comprando terra, querendo tirar o povo, acabando com as águas. Está tudo mudado”*, enfatiza um entrevistado.

Foto 1 - Nesta foto, fica visível as plantações de bananeiras e milho numa das propriedades camponesas da Comunidade Macaúba, Catalão. As contradições expostas na paisagem são evidentes. Ao fundo, o depósito de estéril com os taludes em ascendência. Mais uma vez, fica exposto a localização do depósito de estéril numa área acima das nascentes do córrego que passa ao fundo da propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo na Comunidade Macaúba, Catalão, 08 de Janeiro de 2015

Autor: GONÇALVES, R, J. de A. F., 205.

Por conseguinte, a foto 1 demonstra que a leitura geográfica da paisagem na Comunidade Macaúba é reveladora dos antagonismos produzidos pelas atividades econômicas locais – mineração e agricultura - grafadas por relações de produção e trabalho também contraditórias. O ritmo das mudanças percebidas na Comunidade contrapõe ao tempo da vida e do trabalho dos sujeitos que ainda vivem *na terra e da terra*. Isso pode ser percebido na fala de um dos camponeses entrevistados. “*Os problemas aqui, há alguns anos atrás, vamos dizer há uns 12 anos, eram bem mais manero pra suportar do que é sentido hoje*”. A sustentabilidade das condições naturais do ambiente local é o que garante a permanência desses sujeitos na terra, o rompimento delas significa a ruína das atividades que praticam e dependem para viver.

Com efeito, essas observações elucidam aos poucos que a “convivência” com os ritmos e efeitos da atividade mineral vai tornando a vida dos camponeses insustentáveis. Uma das causas diretas disso são os impactos na água. A posição das pilhas de estéril não possui apenas como consequência a poluição visual, mas, também atingem a principal fonte natural da existência das famílias, as nascentes de água.

A foto 1 ilustra a “terra quebrada” (umas das serras que formam o relevo da Comunidade) que, além da representação simbólica que despertava nos moradores,

localiza-se num divisor de águas, onde estão algumas das principais nascentes que irrigam os córregos, pequenas barragens e regos locais. Por isso, as intervenções geradas pelos empreendimentos de mineração através do depósito de estéril da empresa Anglo American Fosfatos Ltda, neste caso, impacta diretamente as nascentes.

Assim, é didática a observação de outro camponês entrevistado. *“Os depósitos de estéril coincidem com o espigão onde está as nossas nascentes, parece que as empresas fazem isso de maneira proposital, para deixar nossa vida insustentável, vai ficando difícil, até eles poder vim e comprar do jeito deles”*. Além disso, ainda destaca o medo e a desconfiança que a atividade mineradora gera quanto à qualidade da água para o consumo das famílias. *“Ninguém mais tem confiança de beber as águas daqui. Antes nós chegava aí na beira de qualquer córrego, nos regos ou nas minas e bebia a água limpinha. Só agachava ali e bebia com a mão mesmo, água pura. Hoje, agente tem medo de fazer isso, nós não sabe o que tem nessas águas”*.

A erosão dos recursos naturais e a expropriação dos camponeses dos seus territórios, assim como a exploração do trabalho na indústria mineral contribui para expor o que Harvey denomina de acumulação por espoliação, chamando a atenção para

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2012, p. 121).

A análise desenvolvida por Harvey (2012) deixa exposto a natureza espoliadora exercida pelo capital na sociedade contemporânea. Neste sentido, a mineração exemplifica as contradições do capital e sua marcha expansionista. O Brasil e a América Latina, de forma geral, emergem como os principais fornecedores de recursos minerais para o mercado global, reconfigurando o papel geopolítico desses territórios. E, de maneira contraditória, ampliando a acumulação capitalista e erodindo populações tradicionais, força de trabalho e a natureza, como pode ser percebido nas Comunidades Camponesas de Catalão, frente o modelo de mineração predatória.

Considerações finais

As pesquisas sobre o avanço do capital nos *territórios cerradeiros* em Goiás, especialmente sobre o modelo de mineração, evidenciam que a atividade mineral (controlada por mega projetos) reconfigura as paisagens e os espaços, exerce impactos que podem permanecer por décadas nos diferentes lugares da vida e da cultura dos *Povos Cerradeiros* (MENDONÇA, 2004).

Além dos interesses territorializados pelo *agrohidronegócio* na ocupação do relevo e do solo dos *territórios cerradeiros*, fica claro como esse *bioma-território* (CHAVEIRO, 2008) está cartografado pela geopolítica das empresas mineradoras.

Críticas ao modelo mineral e resistências tem sido organizadas no Brasil, como a criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente a Mineração, que já acumula mais de dois anos de críticas a proposta do Novo Código Mineral³, e atuante em defesa das comunidades atingidas pela mineração em todo o país, as ações da Campanha Justiça nos Trilhos no Pará e Maranhão, além da criação do MAM – Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração. O tema da mineração passa a compor as pautas de discussões e ações de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento Camponês Popular – MCP e Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Além disso, torna-se central em projetos e núcleos de pesquisas como o PoEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (sediado na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF), e também de eventos científicos internacionais como o Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, cujo tema da edição 2015 contempla o tema da mineração, qual seja, “A questão agrária na contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo”.

Em Catalão, Goiás, nos últimos anos (a partir de 2013, aproximadamente) verifica-se a inclusão da mineração na pauta das ações do Movimento Camponês Popular – MCP, envolvimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT, da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, as intervenções por meio de monitoramentos, multas e debates junto à sociedade, coordenados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC, presença do MAM e pesquisas em nível de mestrado e doutorado, chamando a atenção para os impactos das mineradoras no município, fazendo reuniões e formação de base nas Comunidades e bairros da cidade.

Espera-se que o artigo possa contribuir para fortalecer as discussões em torno do modelo de mineração no Brasil e especialmente em Goiás. A pesquisa chama a atenção

³ Sobre a proposta do Novo Código da Mineração, consultar o livro MALERBA, J.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2013.

de pesquisadores e pretende colaborar com as ações construídas por distintas entidades compromissadas com os sujeitos oprimidos e expropriados pelos projetos capitalistas de exploração da natureza e dos trabalhadores, como a mineração.

Os relatos orais dos camponeses, intercambiados com as fotografias e as observações diretas possibilitadas por pesquisa participante, contribuem para trazer a lume a gravidade dos problemas que esses sujeitos enfrentam no cotidiano dos espaços da vida e do trabalho nas Comunidades Camponesas. É evidente que as fontes naturais da existência do campesinato local são confrontadas e erodidas, com prejuízos na geração de renda e das condições de permanência na terra. A realidade destes sujeitos é merecedora de atenção, e desveladas pela investigação geográfica dos territórios.

Assim, a análise geográfica dos efeitos espaciais nas Comunidades Camponesas deixa expostas as estratégias de acumulação espoliadora representada pela atividade de exploração mineral controlada pelas empresas transnacionais.

Megaprojects of mining and *accumulation by pillaging* in Peasant Communities of Catalão, Goiás State

Abstract: The purpose of this article is to understand the socio-spatial effects of mining megaprojects in Peasant Communities located in the city of Catalão, in the southwest of Goiás. The methodology is based on qualitative and quantitative procedures, such as collection and tabulation of statistical data, field research, interviews, firsthand observation, and a field diary. The niobium and phosphate mining megaprojects in Catalão, currently (2015) controlled by transnational companies Anglo American and Vale S.A., were territorialized in the course of the decades of 1960 and 1970, entailing socioenvironmental impacts and the expropriation of the peasant communities where the mines are situated. Thus, based on a geographical reading of the *disputed territories*, this article aims to clarify that reality with its contradictions and conflicts.

Keywords: Territory; Conflicts; Mining.

Referências

BARBOSA, F. de M. T. **Imperialismo e produção do espaço urbano:** a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu – GO. 236 f. tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BITTENCOURT, C. **Os dilemas do Novo Código da Mineração.** 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=4106>. Acesso em: 10 de jun./2013.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHAVEIRO, E, F. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M, G de.; CHAVEIRO, E, F.; BRAGA, H, C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia, Vieira, 2008. p.75-97.

DELGADO, G. C. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em Debate, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2012. Vol. 32.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações e análises da economia mineral brasileira**. 6.ed. IBRAM, 2011.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Ricardo Junior Assis Fernandes Gonçalves - Professor Efetivo no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Iporá. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão (UFG/CAC). Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de Coromandel - FCC (2009). Graduação em Geografia pelo Centro Universitário do Cerrado - UNICERP (2007). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Compõe a diretoria atual da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Goiânia. Dedicar-se a Geografia Humana no âmbito da Geografia Agrária e Geografia do Trabalho. Desenvolve pesquisas sobre trabalho, campesinato, conflitos socioambientais e efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos de mineração no Brasil e nos territórios do Cerrado em Goiás

Marcelo Rodrigues Mendonça - Atualmente é professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista/CNPq/Produtividade em Pesquisa 2. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, Geografia do Trabalho, Geografia Agrária e Planejamento Urbano e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, políticas públicas, Cerrado e Povos Cerradeiros, luta pela terra, pela água e pela reforma agrária, produção camponesa, agrohidronegócio, modernização do território, agroecologia, movimentos sociais e saberes/fazeres locais. É Membro

Fundador e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais GETeM/UFG. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho CEGeT/UNESP. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais LABOTER/IESA/UFG. É Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar da UFG. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão e cultura, assessora movimentos sociais, instituições públicas, organizações não governamentais, Ministério Público etc., sobre os efeitos socioambientais de empreendimentos e as mudanças espaciais no Brasil e em áreas de Cerrado.

Recebido para avaliação em outubro de 2015

Aceito para publicação em novembro de 2015